

**A “mais Real imagem” de D. João IV.  
O infante D. Duarte de Bragança e a diplomacia portuguesa (1641-1649)**

Gustavo Kelly de Almeida\*

Filho segundo dos duques D. Teodósio II e Ana Velasco, D. Duarte de Bragança (1605-1649) era membro da maior casa senhorial portuguesa durante as dinastias Avis e Habsburgo. Em 1640, a posição da casa ducal seria ainda maior quando D. João, seu irmão mais velho, tornou-se o novo rei de Portugal na chamada Restauração (1640-1668). Passo que desfazia a união entre as coroas ibéricas entrelaçadas durante seis décadas, acabando por determinar o desditoso fim do infante.

Ainda em 1634, D. Duarte optara por sair do paço ducal fraterno e dirigir-se ao Sacro Império. Após rápida passagem pela corte de Madri, o infante apresentou-se ao imperador e rei da Hungria Fernando II, oferecendo seus serviços para lutar ao lado dos católicos no embate que envolvia praticamente toda Europa: a posteriormente conhecida Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

Uma vez aceito, seus feitos bélicos fizeram-no galgar rapidamente posições de comando nas batalhas. Embora estimado por Fernando II, e em seguida pelo sucessor Fernando III, D. Duarte receberia em troca de seus serviços uma amarga recompensa. Transformado em alvo em meio aos episódios do movimento restauracionista, o infante seria acusado por seu primo Filipe IV de Espanha, antes também III de Portugal, de crime de lesa-majestade. Decisão que levou o imperador a prendê-lo em Ratisbona – cidade sede da corte imperial - em fevereiro de 1641, e a posteriormente entregá-lo em mãos castelhanas.

O esforço diplomático despendido pela casa de Bragança em sua libertação mostrou-se hercúleo. Transformado em mártir da causa por um Portugal independente dos Filipes e visto como símbolo da tirania castelhana, a figura deste varão e seu destino constituíram um dos principais pilares da propaganda restauracionista na causa contra Castela. Assim, em tempos de construção de uma pretensa identidade portuguesa, o caso de D. Duarte configurava o exemplo maior da fragilidade que marcou os primeiros anos da dinastia Bragança à frente do poder régio, que precisava atacar o inimigo espanhol para se afirmar ante as demais potências européias e a Santa Sé.

Contudo, após por ser transferido a Passau (na Baviera) e a Graz (na Áustria), viria a falecer em 3 de setembro de 1649 na prisão espanhola do castelo de Milão, mais precisamente

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista CNPq.

na torre da Roqueta, lugar simbólico para onde eram enviados os criminosos mais humildes de nascimento e que cometiam os piores crimes.<sup>1</sup> Um triste fim para aquele que, segundo Nicolau de Maia Azevedo, na obra *Relação de tudo o que se passou na felice aclamação do ... Rey D. João IV ...*,<sup>2</sup> poderia ter sido rei de Portugal. Isto porque, diante da veiculada indecisão de seu irmão em liderar o movimento restauracionista, D. Duarte em novembro de 1638 – de licença em Portugal - teria recebido de Jorge de Melo, um dos conspiradores, a seguinte proposta:

“Senhor, donde se vai V. Excelencia quando o Reyno està lutando com as sondas de hum pego de continuas vexacoins? & quando elRei de Castella (em vingança do desgosto, que lhe deu a alteração de Evora) nos quer aniquilar, & reduzir à mesma infelicidade de Galisa? O Duque he o legitimo Rey de Portugal: se ele não, quizer aceitar o cetro: aceiteo V. Excel~ecia, que nos saberemos sacrificar a vida em sua defesa.” (AZEVEDO, 1641: 110 verso).

Para além desse prestígio desfrutado dois anos antes de sua prisão em terras alemãs, enquanto secundogênito da casa brigantina e como reconhecido varão insigne nas armas – o infante ocupou o posto de sargento general de batalha nos exércitos do Sacro Império -, D. Duarte ainda constituiria peça importante no cenário diplomático restauracionista durante sua prisão, seja como peça fundamental de ataque propagandístico por parte da literatura panfletária da Restauração, seja por suas constantes opiniões sobre questões-chave para o futuro do reino português.

O presente trabalho terá como prioridade analisar este último ponto, visto ser o tema um destacado exemplo entre teoria e prática do poder no Portugal Restaurado, bem como ser um assunto ainda muito pouco explorado pela historiografia restauracionista. Exceção feita à extensa biografia do infante realizada pelo autor oitocentista José Ramos Coelho<sup>3</sup>, o primeiro a alertar e analisar a profundidade dessa participação de D. Duarte no ambiente das relações internacionais entre os Estados modernos de meados do século XVII. Momento em que uma nova forma, mais equilibrada, de relações externas começaria a surgir e a ganhar força, como assinalam os tratados de Vestefália de 1648.

---

<sup>1</sup> ERICEIRA, Conde de. *Historia de Portugal Restaurado*. Lisboa, 1751, p. 223, v.1.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Nicolau de Maia de. *Relação de tudo o que se passou na felice aclamação do Mui Alto & Mui Poderoso Rey Dom João o IV nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos Annos. Dedicada aos fidalgos de Portugal*. Em Lisboa, a custa de Lourenço de Anveres & na sua Oficina, 1641. MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Manifestos de Portugal*. Lisboa, s.n.t., tomo I, pp. 108-123.

<sup>3</sup> COELHO, José Ramos. *História do infante D. Duarte. Irmão de el-rei D. João IV*. Rio de Janeiro, Tipografia da Academia Real de Ciências, 1889-1890, 1ª ed., 2v.

Na esteira dos ensinamentos de Ramos Coelho, Mafalda Soares da Cunha e Leonor Freire Costa, autoras de uma biografia sobre D. João IV<sup>4</sup>, resgatam a figura de D. Duarte enquanto sujeito histórico. Afirmam as historiadoras portuguesas:

“A figura do infante teve um papel fulcral na diplomacia portuguesa e não por absorver uma parte substantiva do tempo dos diplomatas de D. João IV, que, de resto, deu sempre provas de seu empenho na libertação do irmão. Mas ainda porque, embora cativo, o infante interveio na política interna e externa do reino, através da perspicácia das opiniões que emitia.” (CUNHA & COSTA, 2006: 179)

Por meio de cartas trocadas com Francisco Taquet (codinome do frei Fernando de la Houe), um agente de D. João IV em Veneza incumbido de ser o seu canal de ligação com o exterior, os ecos da voz de D. Duarte alcançavam os principais centros de decisão diplomática. De acordo com o terceiro conde de Ericeira, a partir da prisão de Milão, já sob as pesadas mãos de Filipe IV de Espanha, o infante seria proibido de se corresponder com o mundo além muros do castelo. Assim, para superar este obstáculo, valeu-se da dissimulação e ajuda de seu confessor D. Francisco Portis. Com o pretexto de que só o religioso poderia cuidar dos preparativos da capela do castelo, D. Duarte durante a missa colocava e recebia cartas por debaixo da alcatifa que ficava ao pé do altar.<sup>5</sup>

Segundo Pedro Cardim, a correspondência mostrou-se um meio de comunicação privilegiado no mundo diplomático dos seiscentos, tornando-se inseparável do ofício de embaixador. O historiador nos lembra que tal arte ganhou novos contornos nesse período, tornando-se mais complexa e constituindo um corpo mais autônomo, separadamente de campos como o jurídico. Cada vez mais entendido como ofício específico, o fazer diplomático demandava uma literatura que vinha crescendo desde o quinhentos.<sup>6</sup> Além desse corpus literário dedicado ao *perfeito embaixador*, fazia-se necessário um meio mais prático e dinâmico, que atendesse à rapidez das negociações e que funcionasse como elo entre os diversos embaixadores espalhados pela Europa. Nesse sentido, “cartearse” (termo da época) deveria ser uma atividade tão intensa quanto possível para o bom desempenho da função.<sup>7</sup>

Não obstante a existência de uma arte espistolar, com regras e modelos, é inegável o perfil mais particular desse meio de comunicação. Fato que, se por um lado conferia preciosa fonte atualizada de informações, por outro poderia comprometer o sucesso das atividades,

<sup>4</sup> CUNHA, Mafalda Soares da & COSTA, Leonor Freire. *D. João IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

<sup>5</sup> ERICEIRA, Conde de. Op. cit., pp. 223-224.

<sup>6</sup> CARDIM, Pedro. “Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII”. IN: *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa, Centro de História da Cultura, 2002, p.49-52, v.XV.

<sup>7</sup> CARDIM, Pedro. “<<Nem tudo se pode escrever>>. Correspondencia diplomática e información <<política>> en Portugal durante el siglo XVII.”. *Cuadernos de Historia Moderna*. Anejos, 2005, IV, pp. 95-103.

caso parassem em mão erradas. Dessa forma, ou esperava-se um encontro pessoal para apresentar os pontos secretos a serem levados a cabo, ou lançava-se mão das cifras, com suas respectivas chaves decodificadoras.<sup>8</sup>

Pela análise das cartas trocadas entre D. João IV e o seu embaixador em Paris, D. Vasco Luís da Gama, entre os anos de 1642 e 1649, compiladas pelo titular da Academia Portuguesa de História P. M. Laranjo Coelho<sup>9</sup>, podemos notar o quanto o recurso da cifra era utilizado em assuntos centrais do governo. Cabe aqui ressaltar que esta mesma estratégia foi também utilizada pelo infante D. Duarte. Em carta datada de 15 de janeiro de 1646, endereçada a D. Vasco Luís da Gama, ainda conde da Vidigueira - que estava prestes a retornar de sua primeira embaixada à França -, o infante, por meio de códigos, expressava ao primo o quanto sentiria sua ausência e rogava-lhe para que continuasse intercedendo por sua liberdade junto ao rei.<sup>10</sup>

D. Vasco Luís da Gama foi uma das principais personagens envolvidas nas tentativas de libertação do infante e em outras questões internacionais de extrema importância para o reino português. Como embaixador ordinário em França ocupava o topo da hierarquia diplomática de seu tempo. De acordo com Edgar Prestage, “êle era ali [França] uma espécie de diplomata em chefe, encarregado de orientar e coordenar os trabalhos de seus colegas nas outras côrtes, assistindo-lhe o direito de tomar resoluções em certos casos quando não havia tempo para consultar o Rei.”<sup>11</sup>

A primeira, mas principalmente a segunda embaixada de Vidigueira, posteriormente feito marquês de Nisa por intercessão de D. Duarte em 1647, foi acompanhada da constante preocupação em estabelecer uma *liga formal* com a França em que Portugal viesse a ser incluído em eventual paz ou trégua que este reino viesse a selar. Além disso, o governo português lutou até o último momento para fazer parte da “paz geral” discutida e ratificada nas cidades de Münster e Osnabrück, na Vestefália. Questões que evidenciam o receio de Portugal em perder seu principal aliado, bem como a vontade de terminar o conflito com a Espanha pela via diplomática.

É preciso ressaltar que Portugal, como reino que procurava ter sua autonomia reconhecida, não possuía assento no Congresso da “paz geral”. Como nos lembra Cardim,

---

<sup>8</sup> Idem, pp. 100-107.

<sup>9</sup> COELHO, P. M. Laranjo. *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde de Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, 2v.

<sup>10</sup> Idem, pp. 3-5, v.2.

<sup>11</sup> PRESTAGE, Edgar. *As Duas Embaixadas do 1º Marquês de Niza a França (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra, Instituto de Coimbra, 1919, p. 227, v. 66. Apud: COELHO, P. M. Laranjo. *Cartas de El-Rei D. João IV...* Op. cit., 1940, p. 17, v. 1.

França e Suécia conseguiram passaportes diplomáticos para que os enviados portugueses tentassem adquirir salvo-condutos e assim participar da mesa de negociações, mas Filipe IV e Fernando III, baseados no tratado preliminar de Hamburgo de 25 de dezembro de 1641, nunca aceitariam tal pretensão. Aos seus olhos, o duque de Bragança não passava de um vassalo rebelde, tirano e usurpador da coroa.<sup>12</sup>

Com o mesmo repúdio tratava-se o caso de D. Duarte. Presente em diversos momentos do Congresso, a tentativa de libertação do infante sempre era rechaçada pelos Áustrias, os quais não queriam que o nome *Portugal* ou ainda *D. Duarte* “manchassem” os acordos.<sup>13</sup> Dessa forma, sem voz ativa, a diplomacia portuguesa ficava à mercê dos esforços franceses, que ao longo do processo foram perdendo fôlego. Entretanto, diante deste cenário adverso, o esforço diplomático dos Bragança foi contínuo. E assim foi o de D. Duarte que, segundo Cardim, embora cativo acompanhou, por meio de Taquet, as negociações e, até mesmo, sugeriu estratégias ou tomadas de decisão aos enviados portugueses no Congresso em tela.<sup>14</sup>

Em outra ocasião, entre os anos de 1647 e 1649, D. Duarte também lançaria seus tentáculos sobre o polêmico caso da cessão ou não de Pernambuco aos holandeses. Ao lado do padre Antonio Vieira, do secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, do marquês de Nisa e do embaixador Francisco de Sousa Coutinho<sup>15</sup>, o infante era um dos adeptos irrestritos da paz com os Estados Gerais. Isto porque se as Províncias Unidas se aliassem à Espanha, ambas poderiam formar uma frente única contra Portugal e assim ferir mortalmente a casa de Bragança, ainda frágil no poder real. Como nos lembra o historiador espanhol Rafael Valladares, se Portugal em tempos de União Ibérica não conseguira rechaçar os holandeses de suas possessões no Oriente e no Ocidente, o que seria do reino enfrentando estes dois poderosos inimigos em conjunto?<sup>16</sup>

<sup>12</sup> CARDIM, Pedro. “Os <<rebeldes de Portugal>> no Congresso de Munster (1644-48)”. *Penélope* 19-20, 1998, pp. 105, 112-113.

<sup>13</sup> Idem, pp. 106, 113. Os embaixadores espanhóis referiam-se aos portugueses nesses termos. Ver: Arquivo Geral de Simancas, Estado, leg. 2.348.

<sup>14</sup> Ibidem, pp. 103-104.

<sup>15</sup> Francisco de Sousa Coutinho foi embaixador de D. João IV nas cortes de Dinamarca, Suécia, França, Roma e nas Províncias Unidas. D. Francisco Manuel de Melo, o qualificou de *celebre político e diplomático do seu tempo*. Cf: MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica, e Chronologica, &c.* Lisboa, 1741-1759. O mesmo escreveu um manifesto em repúdio à prisão do infante, enviado à dieta de Ratisbona, quando em 1641 estava na corte da rainha Cristina da Suécia. A saber: COUTINHO, Francisco de Sousa. *Manifesto e Protestação feita por Francisco de Sousa Coutinho, Commendador da Ordem de Christo, Alcaide Mor da villa de Souzel e do Conselho de ElRey D. João IV, Nosso Senhor, e seu embaixador ás partes septentrionais (...), enviado à Dieta de Ratisbona, sobre a injusta detenção (...) do Sereníssimo Infante D. Duarte, Irmão do dito Senhor*. Lisboa, por Jorge Rodriguez, 1641. MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Manifestos de Portugal*. Lisboa, s.n.t., tomo I, pp. 273-278.

<sup>16</sup> De acordo com Rafael Valladares, este receio moveu a iniciativa de Antonio Vieira em meados de outubro de 1648 pela defesa do chamado *papel forte*, documento em que o religioso clamava pela cessão de Pernambuco, dos territórios reconquistados nos últimos anos, e de Angola às Províncias Unidas. Cf: VALLADARES,

Desse modo, diante do acordo de paz provisório firmado entre Castela e as Províncias Unidas em 8 de janeiro de 1647 e recebendo notícias que as forças estacionadas na ilha de Itaparica seriam redobradas, Sousa Coutinho, embaixador residente em Haia e encarregado de encontrar uma solução pacífica para o conflito com os batavos no tocante a Pernambuco, optou por abrir mão desta parte do Brasil aos holandeses.

D. João IV, após saber da decisão de Sousa Coutinho, agiu de forma ambígua. Por um lado apoiou o embaixador nas negociações de cessão de Pernambuco aos neerlandeses – em novembro de 1647 Pedro Vieira da Silva confirmara tal restituição - e por outro, ajudou de forma velada os revoltosos luso-brasileiros, em guerra desde 1645. Entretanto, com a primeira vitória da Batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648, o cenário começou a mudar e o rei ordenou a Coutinho para que cessasse as negociações e voltasse ao reino, devolvendo ao marquês de Nisa o dinheiro que este lhe havia mandado, a fim de utilizá-lo por exemplo para libertação do infante.<sup>17</sup>

Entretanto, contra esta ordem voltou-se com força D. Duarte. Em carta a Taquet escreveu o seguinte: “<<Diga vossa mercê a Francisco de Sousa Coutinho, que eu fico rebentando de dor da nova que me dá, e que elle prosiga o negocio da paz, como se não tivera recebido tal carta d’el-rei, que eu responderei por elle; e que tudo tomo sobre mim.>>”<sup>18</sup>

Em meio a estas ordens oriundas de lugares muito distintos: o paço e a prisão, Sousa Coutinho resolveu escrever ao rei em 19 de novembro de 1648 argumentando que, diante do pouco que se podia esperar de França, convulsionada por problemas internos, o infante lhe mandara que não saísse de Holanda por nada e que prosseguisse até o fim em suas negociações, já que ele entendia que o irmão não poderia estar a par dos últimos acontecimentos, senão não teria enviado tal ordem ou teria agido de diferente maneira.<sup>19</sup> De acordo com Mafalda Cunha e Leonor Costa esta contra-ordem expedida pelo infante demonstra “que os centros de decisão diplomática eram tão plurais quantos os centros de poder em Lisboa.” (CUNHA & COSTA, 2006, p. 198), não obstante ser o monarca, em última instância, o centro de maior alcance.

---

Rafael. *La Rebelión de Portugal 1640-1680. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica. Junta de Castela e Leon.* Valladolid, Conselho de Educação e Cultura, 1998, p. 64.

<sup>17</sup> Biblioteca de Évora, Manuscritos, 106,2,11, fol. 193, Carta de Taquet ao marquês de Nisa, de 10 de outubro de 1648, e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, L.os mss., n 457, fol. 258 v., Carta d’el-rei ao marquês de Nisa, de 5 de setembro de 1648. Apud: COELHO, José Ramos. *História do infante D. Duarte...* Op. cit., 1890, 1ª ed., p. 543, v. 2.

<sup>18</sup> Biblioteca de Évora, Manuscritos, 106,2,11, fol. 193, Idem. Apud: COELHO, José Ramos. Idem.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, L.os mss. 108 do Santo Ofício. Apud: COELHO, José Ramos. *Ibidem*, p. 544, v.2.

Do mesmo modo, Pedro Cardim aponta para o fato de que no século XVII, embora houvesse todo um delinear do campo diplomático surgindo com força, a prática ainda não estava monopolizada pela coroa. A nível institucional, aponta o autor, não havia órgãos especializados para tratar dos assuntos diplomáticos. Era a Secretaria de Estado em conjunto com o Conselho de Estado que ocupava esta função. Eram estes órgãos que realizavam a seleção dos representantes e seus ordenados - levou-se bastante tempo até o estabelecimento de um padrão de remuneração por serviço. Os canais de comunicação com o exterior possuíam origens plurais, além das consideradas oficiais. Apenas em 1736, com a criação da Secretaria de Negócios Estrangeiros, a estrutura referente a este campo ficou melhor estabelecida. O que não extinguiu de todo as vias informais. Logo, conclui o historiador: não havia uma, mas diversas “diplomacias”. (CARDIM, 2002: 57).

Assim, tendo em mente o papel ativo desempenhado pelo infante no contexto internacional em nome da casa brigantina, arrogando a si, como vimos, um poder de decisão que poderia até mesmo passar por cima dos mandos do irmão rei, concluímos que o próprio infante representava um centro político. Oficial, se partirmos do pressuposto que pertencia à família real e foi alvo das pretensões dos aclamadores. Satélite, se notarmos, que mesmo acorrentado no castelo de Milão e sem desfrutar de nenhum cargo administrativo, suas opiniões eram valorizadas por grandes nomes da causa restauracionista, podendo ser ou não convergentes às decisões do irmão mais velho.

Dessa forma, torna-se inteligível a afirmação do frei Bernardo de Braga em sermão de exéquias pregado em Pernambuco em homenagem a D. Duarte no ano de 1650, quando aponta uma justificativa para a morte do mesmo. Expõe assim o pregador:

"o não mataraõ a elle [D. Duarte] por elle. senaõ por matar nelle a outro nelle; Matarão a elle por matar nelle a ElREY N. S. D. JOAM quarto. (...) vendo que em Portugal não podia chegar a pessoa de sua Real Mag. encarniçou lá em Millam, na mais Real imagem sua."<sup>20</sup>

Conferindo título ao presente trabalho, esse trecho, para além de seu caráter encomiástico comum ao discurso restauracionista, mais uma vez aponta para o prestígio conferido ao infante em seu tempo. Característica que fortalecia a própria imagem heróica que

---

<sup>20</sup> BRAGA, Frei Bernardo de. *Sentimentos Pvblicos de Pernambvco na morte do Serenissimo Infante D. Duarte. Assistindo o Mestre de Campo General de todo o Estado do Brasil Francisco Barreto, Governador das armas desta Capitania, com a Câmera & mais Nobreza da Igreja de N. S. de Nazareth Quarta-feira, Seis de Abril de 1650. Offerecidos a magestade de ElRey Dom Ioam quarto de Portugal. Pello Padre Frey Bernardo de Braga Lente de Theologia & Dom Abbade de S. Bento de Pernambuco. Que orou nestes sentimentos. (gravura) Com todas as licenças necessarias. Por Domingos Lopes Rosa. 1651.* MACHADO, Diogo Barbosa (org.). *Sermões de Exequias dos Serenissimos Principes, Infantes, Infantas de Portugal.* Lisboa, s.n.t., tomo I, p. 153 averso.

era construída em torno de sua figura pelos sequazes dos Bragança. Portanto, defendemos que, embora os filhos de D. Teodósio II tenham se tornado figuras opostas pelo destino, representavam, na prática, uma unidade dual. Paradoxo que se encaixava à conjuntura delicada da Restauração portuguesa.

## **Fontes e Bibliografia**

### **1) Fontes manuscritas**

#### **BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA (BPE)**

**Fundo/Localização:** 106, 2, 11.

#### **ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)**

**Fundo/Localização:** L.<sup>os</sup> mss n.º. 457.

**Fundo/Localização:** L.<sup>os</sup> mss n.º. 108 do Santo Ofício.

#### **ARQUIVO GERAL DE SIMANCAS (AGS)**

Estado, leg. 2.348.

### **2) Fontes impressas**

AZEVEDO, Nicolau de Maia de. *Relação de tudo o que se passou na felice aclamação do Mui Alto & Mui Poderoso Rey Dom João o IV nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos Annos. Dedicada aos fidalgos de Portugal*. Em Lisboa, a custa de Lourenço de Anveres & na sua Oficina, 1641.

COELHO, P. M. Laranjo. *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde de Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, 2v.

ERICEIRA, Conde de. *História de Portugal Restaurado*. Lisboa, 1751, 2v.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Critica, e Chronologica, &c*. Lisboa, 1741-1759.

#### **COLEÇÃO BARBOSA MACHADO – BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL (BNB)**

*Manifestos de Portugal*. s.n.t., v. 1

*Sermões de Exéquias dos Serenissimos Príncipes, Infantes, e Infantas de Portugal*. s.n.t., v.1.

### **3) Livros, artigos e teses**

CARDIM, Pedro. “Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII”. IN: *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa, Centro de História da Cultura, 2002, p.47-86, v.XV.

\_\_\_\_\_. <<Nem tudo se pode escrever>>. Correspondencia diplomática e información <<política>> en Portugal durante el siglo XVII.”. *Cuadernos de Historia Moderna*. Anejos, 2005, IV, pp. 95-128.



\_\_\_\_\_. “Os <<rebeldes de Portugal>> no Congresso de Munster (1644-48)”. *Penélope* 19-20, 1998, pp. 101-128.

COELHO, José Ramos. *História do infante D. Duarte. Irmão de el-rei D. João IV*. Rio de Janeiro, Tipografia da Academia Real de Ciências, 1889-1890, 1ª ed., 2v.

CUNHA, Mafalda Soares da & COSTA, Leonor Freire. *D. João IV*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

PRESTAGE, Edgar. *As Duas Embaixadas do 1º Marquês de Niza a França (1642 a 1646 e 1647 a 1649)*. Coimbra, Instituto de Coimbra, 1919, v. 66.

VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal 1640-1680. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica. Junta de Castela e Leon*. Valladolid, Conselho de Educação e Cultura, 1998.